

PROGRAMA DE DESATIVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES NA FASE DE PRODUÇÃO

CAMPO DE BEIJA-FLOR

CONTRATO ANP Nº 48000.003514/97-21



Volume único

Janeiro/2022

E&P



PETROBRAS

CAMPO DE PRODUÇÃO BEIJA-FLOR

CONTRATO ANP Nº 48000.003514/97-21

Volume Único

Janeiro - 2022

UN-BA

	REV. 0	REV. A	REV. B	REV. C	REV. D	REV. E	REV. F	REV. G	REV. H
DATA	31/01/2022								
PROJETO	PBA								
EXECUÇÃO	GESICA								
VERIFICAÇÃO	GRAZIELLE								
APROVAÇÃO	THALES ARAGÃO								
AS INFORMAÇÕES DESTE DOCUMENTO SÃO PROPRIEDADE DA PETROBRAS, SENDO PROIBIDA A UTILIZAÇÃO FORA DA SUA FINALIDADE.									
FORMULÁRIO PERTENCENTE A PETROBRAS N-381REV. L.									

APRESENTAÇÃO

A Petróleo Brasileiro S.A. PETROBRAS, representada pela Unidade de Negócios de Exploração e Produção da Bahia, UN-BA, apresenta a ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o **Programa de Desativação das Instalações na Fase de Produção do Campo de Produção de Beija-Flor**, localizado na Bacia do Recôncavo, no município de São Sebastião do Passé - BA em atenção ao Ofício ANP N° **066/SDP/2008**, de 28/02/2008 e em consonância com o Regulamento Técnico de Desativação de Instalações na Fase de Produção, instituído através da Resolução ANP nº 817/2020.

ÍNDICE GERAL

1. REFERÊNCIA	5
2. MOTIVAÇÕES PARA O DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES	6
3. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS BÁSICAS	6
4. INVENTÁRIO DAS INSTALAÇÕES A SEREM DESCOMISSIONADAS	7
4.1 LOCAÇÕES DE POÇOS	7
4.2 UNIDADES DE PRODUÇÃO TERRESTRE	13
4.3 DUTOS DE ESCOAMENTO	13
4.4 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS, REJEITOS E EFLUENTES	13
4.5 RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	13
4.6 REGISTROS FOTOGRÁFICOS E MAPAS ESQUEMÁTICOS	13
5. PROJETO DE DESCOMISSIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES	18
5.1 POÇOS	18
5.2 DEMAIS INSTALAÇÕES	18
6. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS	18
6.1 DECLARAÇÃO	19
7. PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	19
8. CRONOGRAMA	21
9. ESTIMATIVA DE CUSTOS	23
10. ANEXOS	24
ANEXO 1 – SISTEMA DE GESTÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PETROBRAS	24

1. REFERÊNCIA

a) Contratado

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
Unidade de Negócio de Exploração e Produção da Bahia - UN-BA

b) Número do contrato

CONTRATO ANP Nº 48000.003514/97-21

c) Área sob contrato

Campo de produção de Beija-Flor

d) Bacia Sedimentar

Recôncavo

e) Localização

O campo de Beija Flor está localizado a 50 Km ao norte da Cidade de Salvador – estado da Bahia.

f) Data de início da produção;

O campo teve sua produção iniciada no ano de 1969

g) Data de previsão de término da produção;

A data da última produção do campo foi em 2005.

h) Tipo de descomissionamento (parcial, parcial com devolução de área ou total com devolução de área);

Total com devolução de área.

i) Tipologias de instalações contempladas no PDI (poços, linhas, unidades de produção, equipamentos, outras instalações);

O único tipo de instalação de produção existente no campo é poço, não há linhas ou outras instalações.

j) Processos de licenciamento no órgão ambiental licenciador

O Campo Beija Flor teve seu poço perfurado em 1969, quando ainda não existia o instrumento de política ambiental licenciamento ambiental. Como forma de regularizar sua produção, a então E&P-BA, atual UN-BA, requereu uma Licença de Operação (LO), através do processo nº 970001168/2,

formado em 30/07/97, para operação de todas suas atividades. Essa LO foi concedida pela Resolução CEPRAM nº 1639, publicada em 07/04/98, válida até 07/04/03.

A renovação dessa LO foi requerida em 14/10/02 através do processo nº 2002-004997/TEC/RLO-0013. Em 24/01/03, através da notificação nº 2003-000370/TEC/NOTH-0033, o então CRA, atual INEMA, decidiu que essa renovação deveria ser desmembrada devido ao grande número de estações, dutos e poços, devendo a UN-BA protocolizar novos processos.

Em 08/03/04 foi formado o processo nº 2004-001106/TEC/RLO-0018, que requereu a LO para o Sistema de Produção Massapê-Lamarão, onde se insere o Campo Beija Flor. Em 19/04/05 foi publicada a Portaria CRA nº 5446, válida até 19/04/10.

A renovação dessa LO foi requerida em 18/12/09 através do processo nº 2009-035906/TEC/RLO-0066, atendo ao prazo estabelecido na legislação ambiental para a prorrogação automática até a manifestação do órgão ambiental, o que não ocorreu até o momento. Entretanto nesse processo de renovação não foi contemplado o Campo Beija Flor.

k) licenças ambientais do empreendimento (identificação, escopo e prazo de validade).

O Campo Beija Flor não tem licenciamento ambiental vigente.

2. MOTIVAÇÕES PARA O DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES

Atendimento a resolução ANP nº 817 de 17/04/2020, que aprovou o Regulamento técnico de desativação de instalações na fase de produção, e ao solicitado no Ofício nº **066/SDP/2008**, de 28/02/2008.

O potencial de produção do campo não apresenta viabilidade econômica para a empresa operadora.

3. INFORMAÇÕES AMBIENTAIS BÁSICAS

a) Proprietário da área onde se localizam as instalações a serem descomissionadas:

POÇO	PROPRIETÁRIO	PROPRIEDADE
4-MP-12-BA	MOACI BATISTA DA SILVA	FAZENDA GANGU

Tabela 01: Proprietários das áreas onde estão localizados os poços

b) Mapas, dados e informações georreferenciados das áreas onde estão localizadas as instalações a serem descomissionadas:

As instalações existentes na concessão é apenas um poço onde há a existência de estrutura operacional. O limite da concessão com a localização de poços em

seu interior e fora dele são apresentados nos Mapas 01 (base cartográfica) e Mapa 02 (ortofoto) do item 4.6.

c) Uso futuro da área onde estão localizadas as instalações a serem descomissionadas:

A ser definida pelo superficiário.

4. INVENTÁRIO DAS INSTALAÇÕES A SEREM DESCOMISSIONADAS

4.1 LOCAÇÕES DE POÇOS

4.1.1 Descrição

a) Área

POÇO	ÁREA EM HECTARES
4-MP-12-BA	0,9827

Tabela 02: Área dos poços em hectare

b) Localização

Município de São Sebastião do Passé – BA

c) Identificação da propriedade onde se situa a locação de poço e do respectivo proprietário

POÇO	PROPRIETÁRIO	PROPRIEDADE
4-MP-12-BA	MOACI BATISTA DA SILVA	FAZENDA GANGU

Tabela 03: Propriedades e proprietários das áreas onde estão localizados os poços

d) Acessos e responsável pela construção dos acessos (contratado ou proprietário)

- Roteiro de acesso ao poço 4-MP-12-BA

Ponto Inicial: Frente do Prédio da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé na Praça Coronel Luiz Ventura, ponto este que tem as seguintes coordenadas na projeção UTM N= 8.616.484,00 e E=554.987,00 (Ponto A);

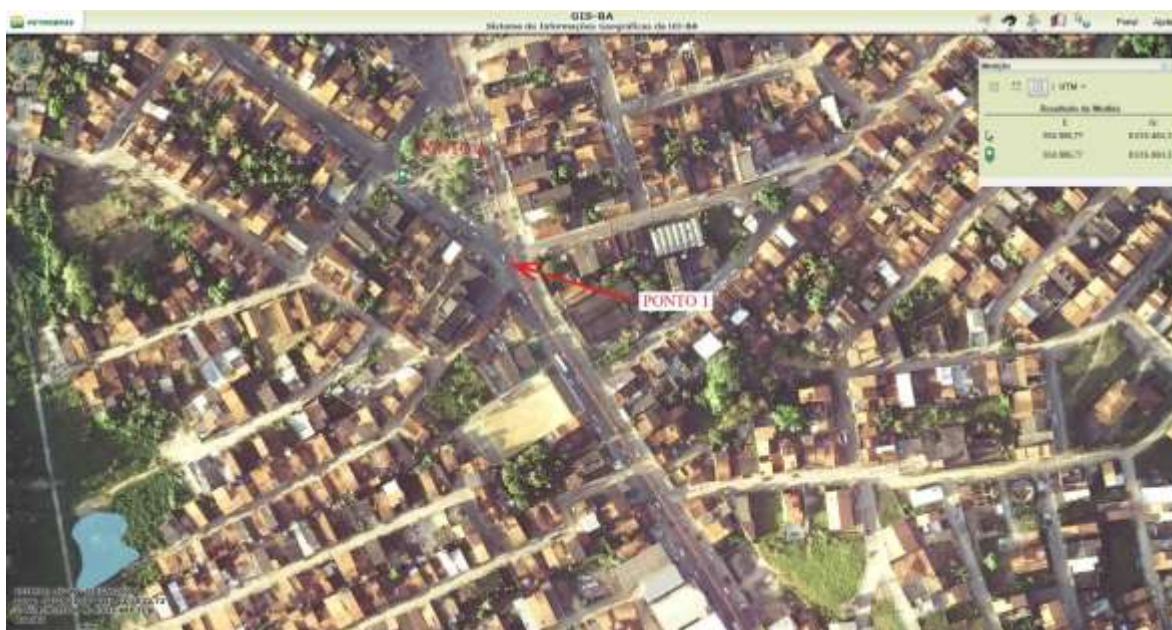


Imagem 1 – Localização da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Passé (Ponto A).

Siga na direção sudeste em direção da BA-512, com 80 metros chegará ao (Ponto 1) na Rodovia BA-512, siga por mais 730 metros e estará na Rotatória situada na Rodovia BA-512 e a Avenida Ernani de Oliveira Rocha (Ponto 2).



Imagem 2 – Rotatória na Rodovia BA-512 e a Avenida Ernani de Oliveira Rocha (Ponto 2)

Na rotatória contorne e prossiga na Rodovia BA-512 no sentido da cidade de Dias D'Ávila por 3,5 km até a estrada que dá acesso a Estação Coletora de Norte de Fazenda Caruaçu (Ponto 3) onde deve entrar a esquerda por uma estrada de terra, com mais 400 metros estará em frente à Estação de Norte de Fazenda Caruaçu (Ponto 4).



Imagem 3 – Localização dos Pontos 3 e 4.

Prossiga nesta estrada de terra por mais 1 km até uma derivação, na qual deve seguir pela direita (Ponto 5).



Imagem 4 – Localização do Ponto 5.

Continue por mais 3 km e passará ao lado da base do poço 3-MP-09-BA (Ponto 6) onde deve seguir em frente nesta estrada.



Imagem 5 – Localização do Ponto 6

Prossiga por mais 2,1 km e estará na Base do Poço MP-12, que estará à direita do acesso. (Ponto B). Ponto final deste roteiro.



Imagem 6 – Localização do Ponto B (Poço 4-MP-12-BA).

e) Número de poços

O campo possui 01 (um) poço.

f) Número de tanques

O campo não possui tanques de produção

g) Edificações, estruturas, instalações elétricas e de telecomunicações e demais obras civis e respectivas finalidades

O campo não possui.

h) Plataforma de carregamento de petróleo

O campo não possui.

i) Sistema de drenagem

Não há sistema concretado de drenagem, e, portanto, não há ligação para drenagens naturais através de sistema de drenagem composto por canaletas de concreto da base do poço 4-MP-12-BA.

j) Taludes (vegetado, parcialmente vegetado ou não vegetado)

Taludes de forma geral vegetados, tendo algumas falhas pontuais na cobertura vegetal devido a queimada, contudo, passível de rápida regeneração.

k) Corpos hídricos no entorno e suas respectivas condições de drenagem (perene, intermitente) e de assoreamento

Não há corpos hídricos nas proximidades desta base

l) Uso e ocupação do solo no entorno (agrícola, urbana, industrial)

O uso e ocupação do solo no entorno é agrícola.

4.1.1 Poços

O campo de Beija-Flor conta com 01 poço, tanto nos sistemas internos Petrobras quanto na ANP:

POÇO	PETROBRAS			ANP
	STATUS (SIGEO)	CONDIÇÃO (SIP)	ESTADO (SIP)	STATUS (SIGEP)
4-MP-12-BA	Abandonado temporariamente	1 - Disponível para Operação	5 - Fechado sem perspectivas de retorno	Abandonado aguardando abandono definitivo/arrasamento

Tabela 4: Situação dos poços

De acordo com os registros documentais e as fotos dos poços, o poço encontra-se de fato abandonado temporariamente.

4.1.2.1. Poço 4-MP-12-BA

a) Finalidade

Poço Exploratório Pioneiro Adjacente

b) Status atual

Abandonado temporariamente

c) Cota do terreno

87,91 m

d) Data do término da perfuração

19/07/1969

e) Data do término do abandono temporário, abandono permanente ou arrasamento, quando aplicável.

Não aplicável.

4.2 UNIDADES DE PRODUÇÃO TERRESTRE

4.2.1. Descrição

Não aplicável.

4.2.2. Sistemas

Não aplicável.

4.3 DUTOS DE ESCOAMENTO

Não aplicável

4.4 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS, REJEITOS E EFLUENTES

A concessão não possui sistema de coleta, manuseio e disposição final de resíduos. Atualmente possui apenas 01 (uma) base de poço com equipamento.

Eventuais resíduos gerados são coletados em recipiente adequado, armazenados temporariamente e posteriormente enviados para sua destinação final.

A gestão de resíduos é objeto de verificação do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e do INEMA – Instituto de Meio Ambiente e tratados conforme procedimentos aprovados pelos referidos órgãos.

4.5 RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

A área no entorno do poço avaliado não possui degradação ambiental que necessite de recuperação ambiental, a condição encontrada na área é favorável à reestruturação do ecossistema, conforme pode ser observado nos registros fotográficos do item 4.6.

4.6 REGISTROS FOTOGRÁFICOS E MAPAS ESQUEMÁTICOS

a) Registros fotográficos atualizados das áreas e instalações a serem descomissionadas e daquelas consideradas descomissionadas, com identificação da data de realização dos registros.

Registros fotográficos atualizados da base 4-MP-12-BA, contendo Foto 01, com vista a partir da base do poço, e a Foto 02, com vista panorâmica do poço e seu entorno, capturadas em abril/2021, apresentando bom estado de preservação dos taludes no seu entorno, tendo estabilidade e cobertura vegetal, apesar de um pequeno trecho da

vegetação que sofreu queimadas, mas, revela que o local tem elevada chance de rápida regeneração, devido a qualidade do solo, biomassa presente e microclima.

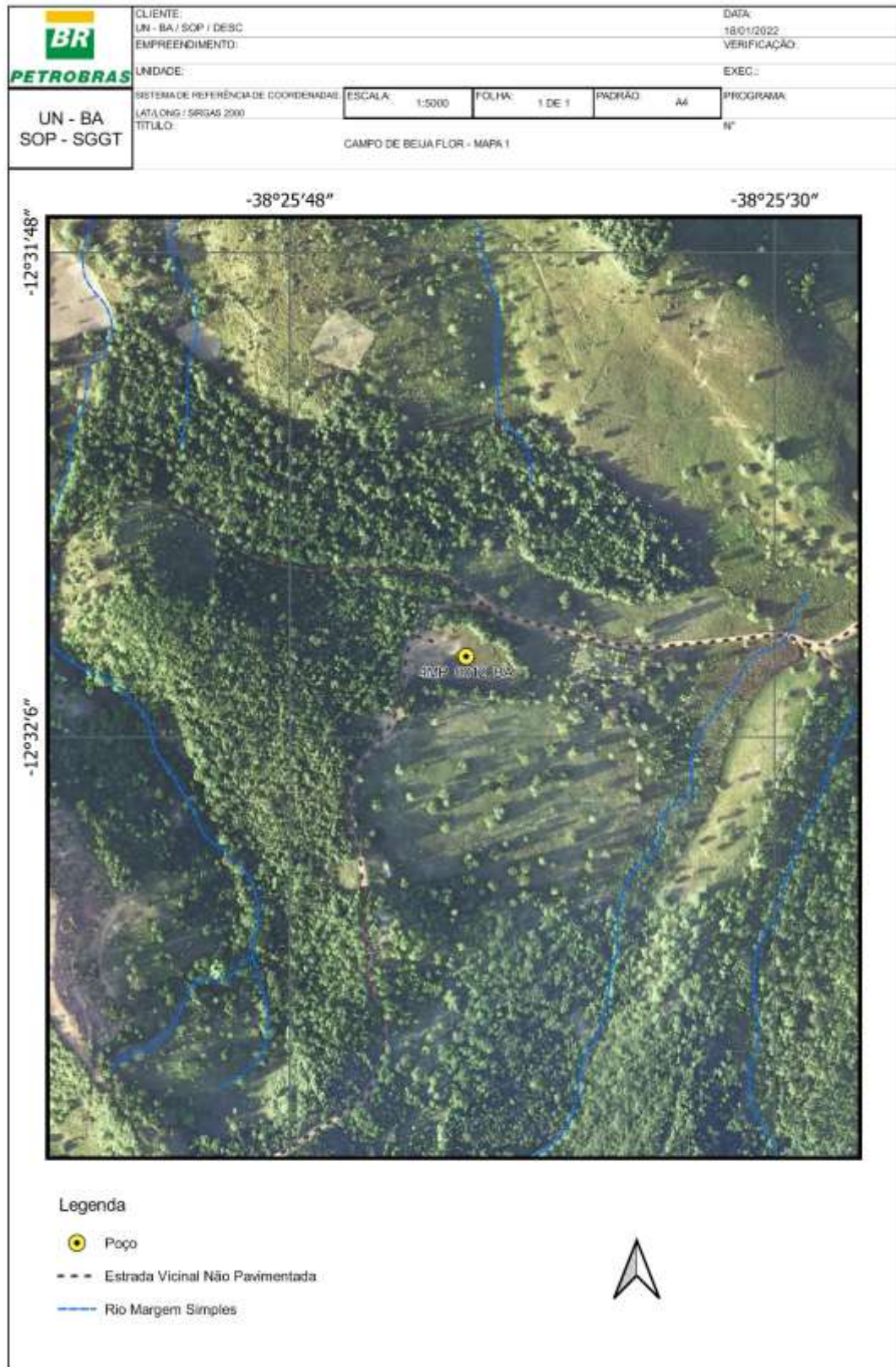


Foto 01: vista panorâmica a partir da base 4-MP-12.

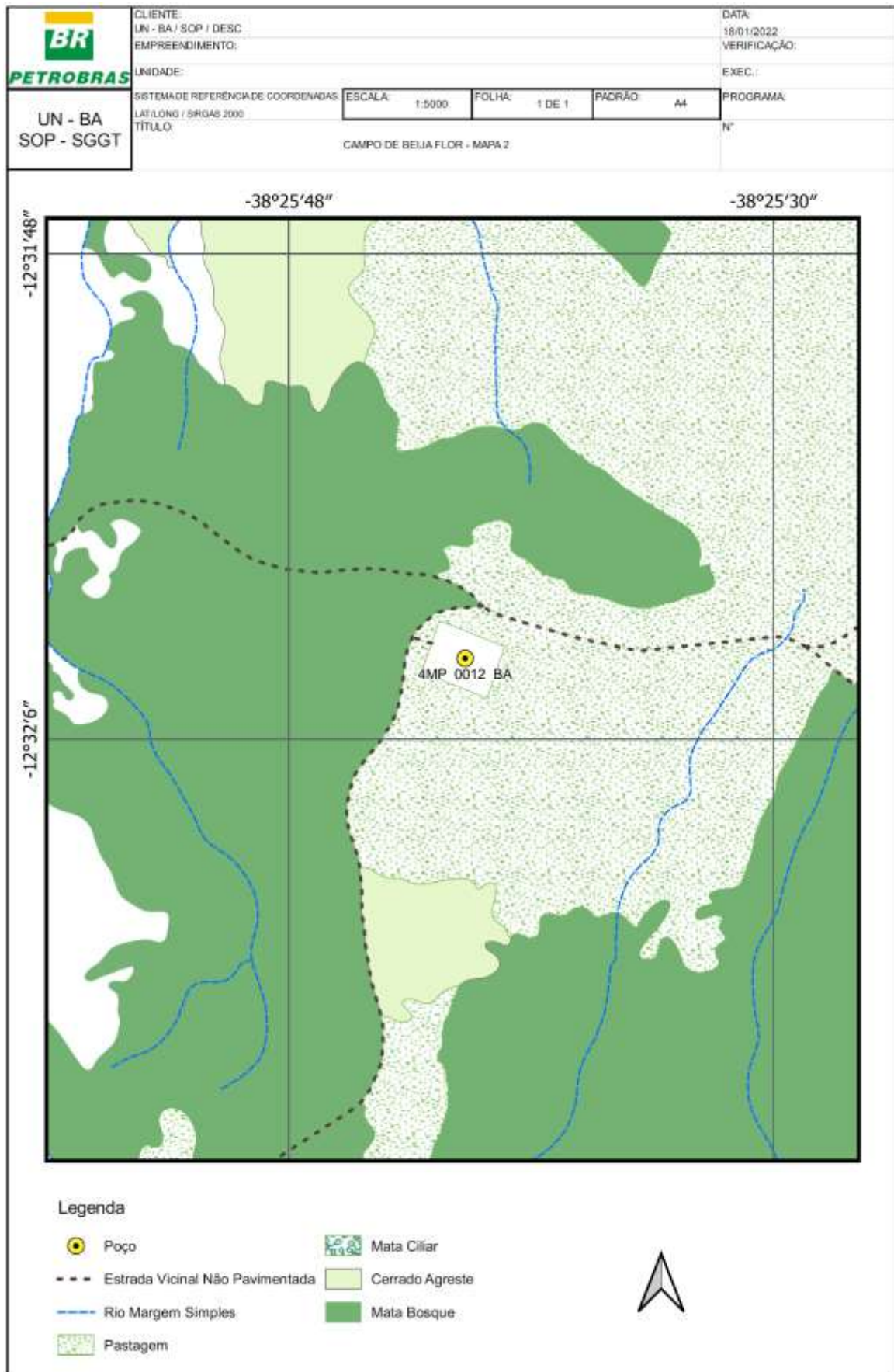


Foto 02: vista panorâmica da base e entorno do poço 4-MP-12-BA.

b) Mapas, dados e informações georreferenciados contendo a localização de todas as instalações de produção existentes na área onde estão inseridas as instalações a serem descomissionadas, destacando aquelas que são alvo do PDI



Mapa 01: Mapa Geral Ortofoto do campo de Beija-Flor



Mapa 02: Mapa Geral Base Cartográfica do campo de Beija-Flor

c) Esquemáticos das instalações de produção existentes na área onde estão localizadas as instalações a serem descomissionadas

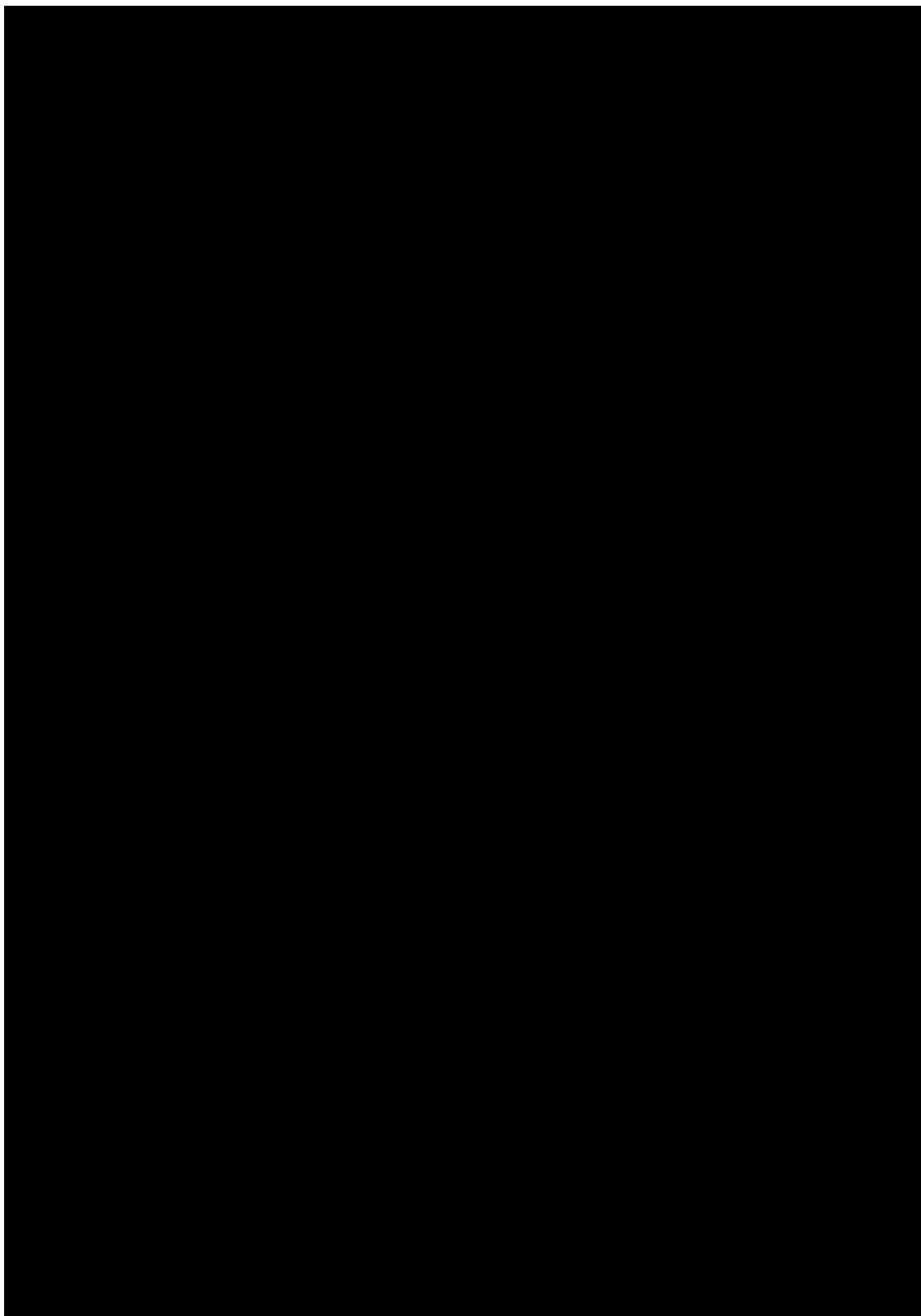


Fig. 01: Esquema mecânico do poço 4-MP-12-BA

5. PROJETO DE DESCOMISSIONAMENTO DAS INSTALAÇÕES

5.1 POÇOS

5.1.1. Poço 4-MP-12-BA

a) Status final previsto

Arrasado

b) Estruturas que não serão removidas, quando aplicável.

Não se aplica.

5.2 DEMAIS INSTALAÇÕES

Não se aplica.

6. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O poço 4-MP-12-BA sofrerá intervenção com sonda para abandono permanente e arrasamento em conformidade com o SGIP, compreendendo grosso modo a realização de tampões de cimento (entre as diversas zonas portadoras de hidrocarbonetos e aquíferos, além do tampão de superfície) e remoção dos equipamentos de superfície.

Serão realizadas as seguintes operações no poço 4-MP-12-BA com sonda de produção terrestre (SPT):

- Amortecer o poço;
- Retirar a coluna de produção;
- Condicionar revestimento;
- Efetuar tampões de cimento nos intervalos 2140-2275m e 860-920m.
- Fazer um tampão de cimento de 70m até o fundo do antepoço;
- Retirar as cabeças de produção e revestimento, cortar tubo condutor, revestimento de superfície, e revestimento de produção na base do antepoço.

A duração estimada para abandono permanente e arrasamento do poço 4-MP-12-BA é de 11 dias.

6.1 DECLARAÇÃO

A(s) intervenção(ões) para abandono permanente e arrasamento do(s) poço(s) será(ão) realizada(s) conforme padrão interno PP-2TAR-00094 - DIRETRIZES PARA ABANDONO DE POÇOS NO TAR/CPT, o qual está em consonância com o CADERNO DE BOAS PRÁTICAS DO IBP – DIRETRIZES PARA ABANDONO DE POÇOS e também com a RESOLUÇÃO ANP Nº 46, DE 1º.11.2016 - DOU 3.11.2016 - RETIFICADO DOU 7.11.2016 – REGULAMENTO TÉCNICO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA INTEGRIDADE DE POÇOS (SGIP).

7. PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Caso seja necessária a remoção da base de concreto do poço, a área será recuperada conforme o procedimento abaixo descrito:

No processo de recuperação de áreas degradadas a vegetação tem papel importante na estabilidade do solo, uma vez que amortece o impacto das chuvas, regularizando e reduzindo o escoamento superficial e, conseqüentemente, o arraste de partículas, aumentando o tempo disponível para absorção da água pelo subsolo, diminuindo a ocorrência de processos erosivos.

O processo de recomposição vegetal da área de reintegração visará ao retorno da composição existente no período de pré-utilização do poço. Nesse processo de recomposição, como medida para acelerar a regeneração da área, será adotada a técnica nucleadora de grupos de Anderson, que utilizará espécies nativas encontradas na região (tab. 5).

Família	Nome Popular	Nome Científico
Leguminosae	guandu	<i>Cajanus indicus</i>
Leguminosae	sabiá mimosa	<i>Mimosa caesalpinifolia</i>
Rosaceae	amoreira-branca	<i>Rubus sp</i>
Rosaceae	amoreira-preta	<i>Rubus sp</i>
Solanaceae	jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i>
Euforbiáceas	tamanqueiro	<i>Alchornea glandulosa</i>
Fabaceae	angelim do campo	<i>Andira anthelmia</i>
Fabaceae	mulungu	<i>Erythrina mulungu</i>
Malvaceae	açoita-cavalo-miúdo	<i>Luehea divaricata</i>
Salicaceae	guaçatonga	<i>Casearia sylvestris</i>
Lauraceae	canela-ferrugem	<i>Nectandra rigida</i>
Myrtaceae	araça	<i>Psidium guajava</i>
Bignoniaceae	paratudo	<i>Tabebuia caraiba</i>
Combretaceae	pau-de-lança	<i>Terminalia triflora</i>
Bignoniaceae	caroba-do-mato	<i>Jacaranda copaia</i>

Tabela 5: Espécies da flora nativa que serão utilizadas na recomposição

A técnica que será adotada consiste no plantio em núcleos, facilitando o seu manejo, uma vez que os tratos culturais serão feitos apenas nos mesmos locais. Será realizada a implantação de 54 grupos/ha com 9 mudas por grupo, sendo 1 clímax, 2 secundárias iniciais e 6 pioneiras, utilizando um espaçamento de 0,5 x 0,5 m entre as mudas, totalizando 486 plantas/ha (fig. 02).

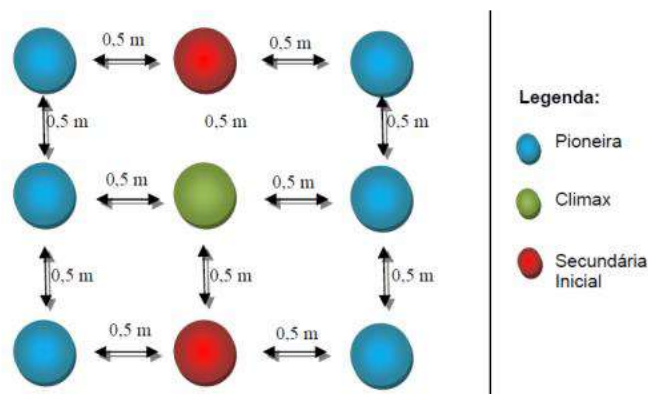


Fig. 02 - Croqui de distribuição do grupo de Anderson

A recomposição contempla a correção de características físicas e químicas do solo, além do controle de pragas e espécies invasoras, buscando um ambiente em que as mudas possam ter um melhor desenvolvimento, acelerando o processo de regeneração do local. São descritas a seguir algumas atividades que serão realizadas no âmbito da recomposição:

Subsolagem. Consiste em descompactar o solo das áreas onde sofreram terraplanagem, utilizando-se um subsolador acoplado a um trator, penetrando no solo até romper a camada de impedimento. Este procedimento fará com que o sistema radicular das plantas tenha um melhor desenvolvimento.

Correção do solo. É feita a partir de uma análise química do solo, visando à correção de possíveis deficiências de nutrientes.

Coveamento manual. Terão dimensões de 40 x 40 x 40 cm. É necessário separar a terra da camada superficial (0-25 cm) da inferior (26-50 cm), dispondo-as em lados contrários no exterior da cova, para posterior adubação e fechamento de covas. Por fim, a cova deve ser aterrada com dois terços da terra retirada misturada (homogeneamente) aos fertilizantes e corretivos.

Plantio. A muda será acomodada junto com a terra do interior da cova feita, sendo levemente fixada para que as raízes fiquem firmes evitando tombamento e mantendo o nível do solo para não ocorrer afogamento. Todo o excesso de terra, após o plantio, deverá ser aproveitado ao redor da muda, com formação de pequena bacia para melhor aproveitamento da água da chuva.

Irrigação do plantio. Trata-se de operação onerosa, todavia é de fundamental importância para a manutenção do plantio. Será otimizada por se escolher a melhor época de plantio das espécies utilizadas.

Coroamento. Importante para a eliminação de ervas daninhas que concorram em nutrientes com as mudas.

Combate a formiga. O controle de formigas cortadeiras será realizado nas etapas de implantação e de manutenção das áreas de enriquecimento, bem como na faixa de 50 m adjacente a estas, para não ocorrer prejuízos ao plantio. A intervenção será feita através de monitoramento nas áreas observando o nível de infestação, ou seja, árvores

atacadas e possíveis formigueiros, combatendo essas infestações com a utilização de isca. Em épocas de chuva, o controle será feito com a utilização de termonebulizador, pois os formigueiros não estarão em atividade nesse momento. O controle de formigas deverá ser feito com iscas granuladas ou com formicida líquido. O formicida líquido é ideal para a fase das águas, pois não perece em contato com a umidade, diferentemente das iscas. O princípio ativo do formicida deve ser o Sulfluramida.

Para a desativação dos poços, após arrasamento dos mesmos, serão realizadas as seguintes atividades:

- a) Demolição da base de concreto e remoção e destinação final ambientalmente adequada (reciclagem em área de reciclagem de resíduo de construção civil) da base de concreto
- b) Descompactação do solo
- c) Correção química do solo
- d) Coveamento do solo
- e) Plantio de mudas
- f) Irrigação do plantio
- g) Remoção de ervas daninhas
- h) Controle de formigas

8. CRONOGRAMA

O planejamento das intervenções é função dos componentes (base de concreto, ante-poço aberto, revestimento, equipamento de superfície, cascalho e solo contaminado) encontrados nos poços.

A desativação, por envolver recomposição da vegetação, precisa ter seu cronograma associado com o período de excedente hídrico e de maior armazenamento de água no solo, que no caso de São Francisco do Conde (estação meteorológica mais próxima das instalações a serem desativadas) é entre abril e junho.

Nesse sentido é proposto que as atividades contidas no cronograma de cada poço (fig. 03) sejam realizadas nesse período de **3 meses**. Prevê-se ainda o monitoramento da evolução das mudas nos **2 anos seguintes**, a cada 3 meses, para verificação da eficácia.



Fig. 03 - Cronograma da desativação em cada poço

Dessa forma, é proposto cronograma da desativação do campo, contemplando intervenção em 1 poço (tab. 06). De forma a privilegiar a realização das atividades 7 (plantio de mudas), 8 (irrigação do plantio), 9 (remoção de ervas daninhas) e 10 (controle de formigas), preferencialmente, nos meses de maio a julho, a atividade 1 (remoção e destinação final ambientalmente adequada do equipamento de superfície) será realizada, preferencialmente, em fevereiro, a atividade 2 (deslocamento/assentamento de tampão), preferencialmente, entre março e abril, a atividade 3 (remoção e destinação final ambientalmente adequada da base de concreto), preferencialmente, entre março e julho, as atividades 4 (descompactação do solo), 5 (correção química do solo) e 6 (coveamento do solo), preferencialmente, entre abril e julho. Assim, tem-se a previsão de duração das atividades de 159 dias.

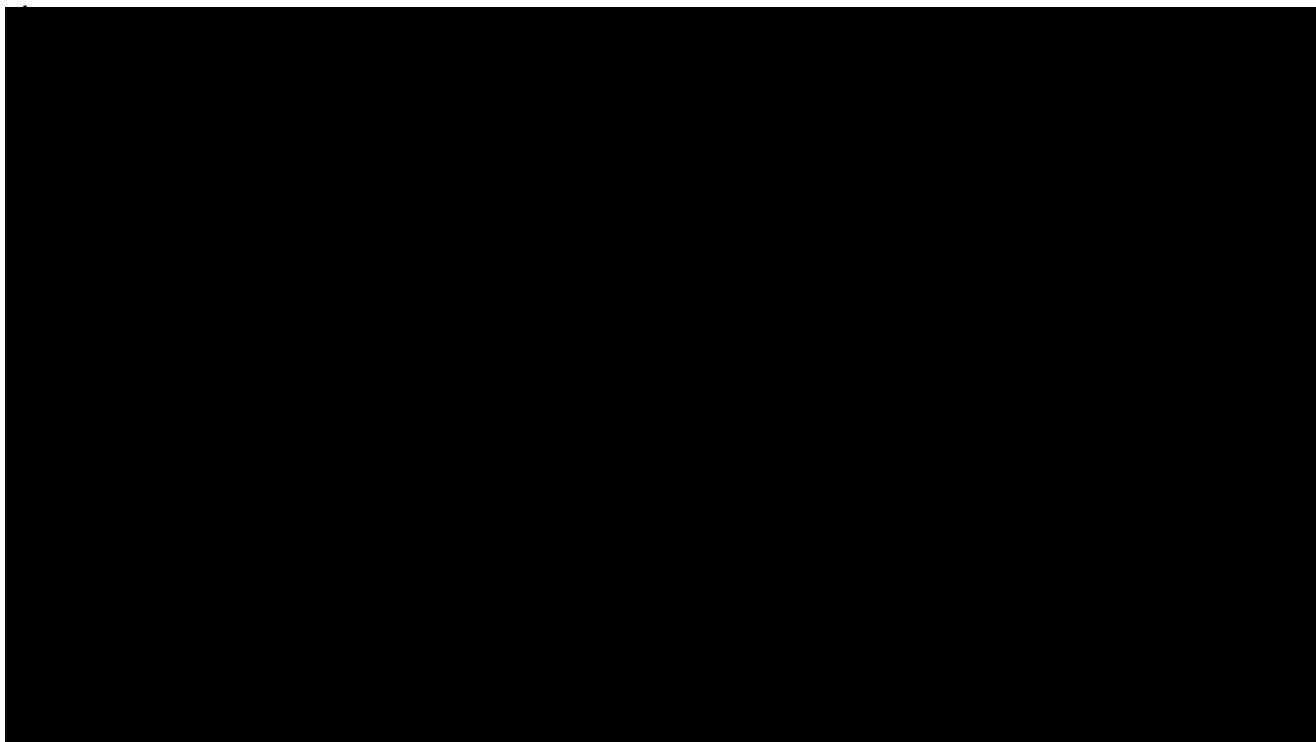
Poço	Tempo (dias)
4-MP-12-BA	159
Total	159

Tab. 06: Duração das atividades de Recuperação de Áreas Degradadas

Atividades	1º ano												2º ano												3º ano																						
	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês	9º mês	10º mês	11º mês	12º mês	1º mês	2º mês	3º mês	4º mês	5º mês	6º mês	7º mês	8º mês															
Abandono e Arrasamento de poço	█																																														
4-MP-12-BA																																															
Remoção dos Artefatos de Concreto																																															
4-MP-12-BA																																															
Recuperação Ambiental																																															
4-MP-12-BA																																															
Execução dos Serviços de Recomposição Ambiental																																															
Monitoramento da Recomposição Ambiental																																															

Tab. 07: Cronograma da desativação do Campo de Beija-Flor

9. ESTIMATIVA DE CUSTOS



SISTEMA DE GESTÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PETROBRAS

Direcionamentos de Responsabilidade Social

O respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança é um dos pilares do planejamento estratégico da Petrobras. (fonte: Plano Estratégico 2021-2025)

Nosso Código de Conduta Ética estabelece no item 4.2 Direitos Humanos que é dever da Petrobras respeitar, conscientizar, prevenir a violação e promover os direitos humanos em suas atividades e atuar em conformidade com os direitos humanos protegidos por tratados e convenções internacionais, além de reparar possíveis perdas ou prejuízos decorrentes de danos causados sob sua responsabilidade às pessoas ou comunidades afetadas por nossas atividades, com a máxima agilidade. Essa observância deve se dar ainda nos ambientes e canais online internos e externos da empresa. (fonte: Código de Conduta Ética, página 10)

Nossa Política de Responsabilidade Social tem como diretrizes: (i) respeitar os direitos humanos, buscando prevenir e mitigar impactos negativos nas nossas atividades diretas, na cadeia de fornecedores e nas parcerias, combatendo a discriminação em todas as suas formas; e (ii) identificar, analisar e tratar os riscos sociais decorrentes da interação entre os nossos negócios, a sociedade e o meio ambiente e fomentar a gestão de aspectos socioambientais na cadeia de fornecedores. (fonte: Relatório de Sustentabilidade página 183)

Nossas Diretrizes de Direitos Humanos, no eixo 3.2.2 Relacionamento com as Comunidades, descreve como orientações específicas:

- a) Respeitar as comunidades onde atuamos, promovendo a gestão de impactos socioculturais, humanos, econômicos e ambientais e contribuindo para o desenvolvimento local;
- b) Respeitar os direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, sua autodeterminação, o acesso à terra, a seus meios de vida e seus princípios culturais e sociais;
- c) Respeitar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, identificando e mitigando potenciais riscos decorrentes das atividades operacionais;
- d) Agir com transparência junto às comunidades potencialmente afetadas por nossas atividades, por meio de iniciativas de consulta livre, prévia e informada;
- e) Estabelecer canal para denúncias e reclamações, de forma acessível às comunidades, comprometendo-se com gestão transparente de tratamento e reparação, quando cabível, por meio de ações eficazes e transparentes;
- f) Manter canais de diálogo para fortalecer o relacionamento comunitário;
- g) Promover práticas de segurança alinhadas com o respeito aos Direitos Humanos;
- h) Implementar iniciativas de esclarecimento e treinamento junto às comunidades potencialmente expostas a riscos, de modo a estimular seu comprometimento com as medidas de segurança e contingência; e
- i) Evitar ou reduzir ao máximo a necessidade de deslocamento permanente de indivíduos e comunidades, mas quando necessário, promover tratamento igualitário entre os segmentos sociais afetados, implementando ações que garantam condições de vida

similares ou melhores que as existentes, assim como a manutenção das relações sociais e culturais.

(Fonte: DI-1PBR-00334 Diretrizes de Direitos Humanos)

Nosso Guia de Conduta Ética para Fornecedores reforça o compromisso com o respeito aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos e à legislação aplicável, bem como estimula a promoção da diversidade, equidade de gênero, igualdade racial e a inclusão de pessoas com deficiência. (fonte: Guia de Conduta Ética para Fornecedores, páginas 10 e 11)

Aderimos, em 2003, ao Pacto Global da ONU, cujos princípios estão relacionados a direitos humanos e práticas de trabalho. Participamos, desde 2006, do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Governo Federal, pelo qual fomos reconhecidos com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça por cinco vezes consecutivas. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 183)

Em 2010, aderimos aos sete Princípios de Empoderamento da ONU Mulheres, que tratam da promoção da equidade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na sociedade. Nesse mesmo ano, assinamos a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, por meio da qual declaramos nosso compromisso contra a exploração sexual, em favor da proteção dos direitos da criança e do adolescente. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 184)

Em 2015, assinamos o Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, do Instituto Pacto Nacional de Erradicação de Trabalho (InPACTO), que tem como objetivo o enfrentamento do trabalho escravo contemporâneo. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 184)

Em 2018, assinamos a Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos, junto a outras seis empresas públicas – Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica, Correios e Eletrobras –, ao Ministério dos Direitos Humanos, à Procuradoria Geral da República e ao Ministério Público do trabalho. Nesse compromisso, afirmamos nosso firme propósito de garantir os direitos universais nas atividades empresariais. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 184)

Também em 2018, aderimos à Iniciativa Empresarial pela Igualdade, proposta pela ONG Afrobras e pela Faculdade Zumbi dos Palmares, cujos dez compromissos têm como objetivo o respeito e a promoção da igualdade racial, da igualdade de oportunidades e do tratamento justo a todas as pessoas. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 184)

Em dezembro de 2019, assinamos o Pacto Nacional pela Primeira Infância. Esse compromisso, firmado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e diversos atores que integram a rede de proteção à infância no Brasil, tem como objetivo fortalecer as instituições públicas voltadas à garantia de direitos previstos na legislação brasileira e promover a melhoria da infraestrutura necessária à proteção do interesse da criança, em especial da primeira infância. (fonte: Relatório de Sustentabilidade, página 184)

Processos

Para operacionalizar os direcionadores de responsabilidade social da Petrobras contamos com processos como o “Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário” (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário).

Consideramos que o risco social é um evento incerto, decorrente das decisões e atividades diretas e indiretas da Petrobras e de fatores externos que, se ocorrerem, podem impactar os direitos humanos, os meios de vida e a dinâmica socioeconômica de uma região. O risco social pode interferir nos objetivos estratégicos da companhia. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

O relacionamento comunitário constitui um processo de longo prazo, baseado no diálogo, na transparência e na coerência entre o posicionamento da companhia e as ações implementadas, devendo ser sistematizado e realizado continuamente durante todo o ciclo de vida dos negócios. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

As disciplinas estratégicas de riscos sociais e de relacionamento comunitário estão associadas uma vez que o público “comunidades” é um dos públicos prioritários para a gestão de riscos sociais. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

A análise dos riscos sociais deve levar em consideração todo o ciclo de vida do negócio, que inclui as etapas de investimento, operação, **descomissionamento**, hibernação e desinvestimento. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

Os temas a serem contemplados nesta análise fundamentaram-se nas seguintes referências: ABNT NBR ISO 26000:2010; ABNT NBR 16.001:2012; documentos e guias da International Finance Corporation (IFC); documentos e guias da Associação Regional das Empresas de Petróleo e Gás da América Latina (ARPEL); documentos e guias da Associação Internacional das Empresas de Petróleo e Gás para questões sociais e ambientais (IPIECA); os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas; além do Código de Conduta Ética e das políticas corporativas e boas práticas da companhia. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

Os temas apresentados na Figura 1 auxiliam na identificação de riscos sociais (ameaças ou oportunidades) no relacionamento com as comunidades, com os fornecedores, com o público interno, bem como, com os parceiros de negócio. Os temas foram agrupados em duas dimensões: Desenvolvimento Local e Direitos Humanos, de modo a subsidiar o planejamento das ações de resposta, buscando oportunidades de desenvolvimento local, em alinhamento com a Política de Responsabilidade Social. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)



Figura 1 – Dimensões e Temas de Responsabilidade Social

As etapas do processo Gerir Riscos Sociais e Relacionamento Comunitário seguem as orientações corporativas de gestão de riscos definidas na Política de Gestão de Riscos Empresariais - PL-0SPB-00007; nas Diretrizes de Gerenciamento dos Riscos Empresariais da Petrobras - DI-1PBR-00106; nas Diretrizes para o Gerenciamento dos Riscos de Projetos de Investimento da Petrobras - DI-1PBR-00276 –B; e na norma ABNT ISO 31000 Gestão de Riscos – Princípios e Diretrizes conforme Figura 2. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)



Figura 2 – Etapas do processo Gerir Riscos Sociais e Relacionamento Comunitário

Os riscos sociais devem considerar todos os diferentes públicos, dos quais possam se originar ou vir a afetar. Comunidades, público interno, fornecedores e parceiros de negócio são exemplos de públicos a serem considerados. (fonte: PP-1PBR-00664 – Gerir Riscos Sociais e o Relacionamento Comunitário)

De forma complementar, o processo Gerir Riscos Sociais dos Investimentos, Operações, Descomissionamentos, Hibernações e Desinvestimentos (PP-1PBR-00674) estabelece que os projetos de descomissionamento demandam da Responsabilidade Social apoio para gestão das partes interessadas. (fonte: PP-1PBR-00674 Gerir Riscos Sociais dos Investimentos, Operações, Descomissionamentos, Hibernações e Desinvestimentos)

Na Petrobras, o propósito da Responsabilidade Social é promover transformações socioambientais positivas, construir vínculos e manter relacionamentos pautados na confiança, obter a licença social e consolidar imagem e reputação da empresa. Somos construtores de pontes entre a Petrobras e a sociedade e estimulamos no dia a dia a consciência necessária ao desenvolvimento sustentável.